

A fragmentação e o ensino médio: desdobramentos e enfrentamentos ¹

Carina Zacarias Barros²

Resumo

A fragmentação do conhecimento (Morin, 2017; Jacoby, 1990 [1987]) tem definido os processos de educação sobretudo a partir do século XIX (Couto, 2011), reafirmando incertezas para os sujeitos que estão em formação escolar. Desde 2017, com a reforma do Ensino Médio que instituiu itinerários formativos, a fragmentação do conhecimento desencadeou questões. A lacuna observada para esta pesquisa está na escassez de trabalhos que abordem o tema na forma interdisciplinar ou transdisciplinarmente. Portanto, este artigo objetiva investigar ações que versam sobre a totalidade do conhecimento. Nesse sentido, realizou-se um levantamento bibliográfico na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) para mapear teses sobre a fragmentação do conhecimento no Ensino Médio. Com esse estudo, espera-se contribuir para a atualização de conceitos, métodos e estratégias que visem diminuir e/ou problematizar as causas e as consequências da fragmentação do conhecimento.

Palavras-chave: Fragmentação; Conhecimento; Ensino Médio.

1. Introdução

A fragmentação do conhecimento, presente na contemporaneidade, é identificada a partir do século XX. Para Jupiassú (2006), o desafio está na “[...] contradição entre, de um lado, os problemas cada vez mais globais, interdependentes e planetários, e do outro, a persistência de um modo de conhecimento que privilegia os saberes fragmentados, parcelados e compartimentados” (JAPIASSÚ, 2006, p. 1).

No Brasil, esse debate tem alcançado destaque dada a configuração da última reforma do Ensino Médio, iniciada em 2017, que instituiu como proposta pedagógica os itinerários formativos. Esse modelo de organização do ensino tem gerado muitas questões entre docentes e estudantes.

A etapa do Ensino Médio apresenta um contingente significativo de estudantes. Ao olharmos para o último censo escolar de 2023 (BRASIL, 2024a), realizado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

¹Artigo apresentado no X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, 2024.

²Doutoranda em Ciências Sociais; Universidade Estadual de São Paulo; Marília, São Paulo, Brasil; carina.zacarias@unesp.br.

Teixeira (Inep), observamos que o Ensino Médio recebeu 7,7 milhões de matrículas em 2023. Esse número, se comparado ao censo de 2022, apresenta uma pequena queda de 2,4%, mas ainda se mostra substancial. No que se refere à faixa etária correspondente à etapa de ensino, de 15 a 17 anos, 91,9% dos/as estudantes estão na escola, percentual que cresce para 94,3% ao considerar também aqueles/as que já concluíram.

As dimensões escola e trabalho ocupam centralidade na construção da identidade dos/as jovens. Conforme Abramovay et al. (2015, p. 26), verifica-se na atualidade alguns impactos sobre a juventude que colocam os/as jovens não mais na centralidade da produção econômica, trazendo à juventude um outro significado, reconfigurado a partir de mudanças nas famílias, nas experiências de trabalho e na representação social que é percebida por ambiguidades.

A fragmentação do conhecimento ganha destaque nos trabalhos de Morin (2005, 2007), Japiassú (2006), Jacoby, (1990 [1987]) e Freire (2013). Para Japiassú (2026), o enfrentamento a essa lógica de compartimentalização está no interdisciplinar, que não só “[...] promove a união do ensino e da pesquisa, mas transforma as escolas, de um lugar de simples transmissão ou reprodução de um saber pré-fabricado num lugar onde se produz coletiva e criticamente um saber novo” (JAPIASSÚ, 2006, p. 3).

Considerando o cenário atual para o Ensino Médio e, diante do exposto, a questão disparadora deste artigo é: levando em conta os contextos em que a fragmentação do conhecimento emerge, seria possível recuperar a totalidade do conhecimento e, por conseguinte, reduzir as consequências dessas compartimentalizações, percebidas também na formação das identidades das/dos jovens que estão no Ensino Médio?

Para tanto, uma revisão bibliográfica foi realizada a partir de uma consulta na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) com o objetivo de analisar a produção científica sobre a fragmentação do conhecimento no Ensino Médio e o impacto na formação dos professores e professoras que atuam nessa etapa de formação.

Os resultados obtidos na consulta serão apresentados neste artigo, a fim de verificar como e se as pesquisas, na atualidade, discutem as questões que envolvem a fragmentação do conhecimento no Ensino Médio. Assim este artigo apresentará análises que alcancem a

formação dos/as estudantes do Ensino Médio, os currículos, bem como a formação dos professores/as que atuam nessa fase do ensino.

Finalizada esta breve introdução, a 2ª seção apresentará sucintamente a categoria sociológica *Juventude* e sua presença no Ensino Médio. Em seguida, a 3ª parte desenvolverá um debate sobre a institucionalização da fragmentação do conhecimento, propondo uma abordagem crítica. A 4ª parte percorre o caminho metodológico deste artigo que está ancorado em uma revisão bibliográfica.

Os resultados da revisão serão demonstrados na 5ª seção, e analisados, na 6ª parte, à luz da Teoria Feminista Negra com discussões formuladas por algumas teóricas feministas negras, tais como: bell hooks (1995), Nilma Lino Gomes (2021), Sueli Carneiro (2005; 2019), Lélia Gonzalez (1984), Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), Carla Akotirene (2018) e Kirmberlé Crenshaw (2002). Na última parte deste artigo, teceremos algumas considerações como forma de ampliar criticamente os debates, reflexões e ações sobre fragmentação e especialização do conhecimento para a educação brasileira, em específico, para a etapa do Ensino Médio.

2. Juventudes e Ensino Médio

A categoria Juventudes passa a ser objeto de políticas para educação na década de 1990, com a institucionalização da Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDBEN), de 1996. Por ser um campo em construção e, portanto, em disputa, cabe compreendê-la a partir de aspectos específicos e singulares, enquanto categoria sociológica. Diante disso, verifica-se a necessidade de compreendê-la também em sua dimensão histórica.

O conceito de condição juvenil vem sendo apresentado nas pesquisas sobre as Juventudes, principalmente nos estudos realizados pelas Ciências Sociais. Para Juarez Dayrell (2007), a condição juvenil está ligada a “[...] uma dimensão histórico-geracional, mas também à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc.” (DAYRELL, 2007, p. 1108).

Com isso, as dimensões da condição juvenil “[...] são influenciadas pelo espaço onde são construídas, que passa a ter sentidos próprios, transformando-se em lugar, o espaço do

fluir da vida, do vivido, sendo o suporte e a mediação das relações sociais” (DAYRELL, 2007, p. 1112).

É na escola que as interações sociais acontecem com mais insistência, não sendo, com isso, o único espaço de interação. Portanto, cabe à escola “[...] se perguntar se ainda é válida uma proposta educativa de massas, homogeneizante, com tempos e espaços rígidos, numa lógica disciplinadora” (DAYRELL, 2007, p. 1125).

Ao acessarem as diferentes etapas de ensino que compõem o sistema escolar, esses sujeitos/as passam por um processo de institucionalização de suas subjetividades, que pode ser verificado inicialmente na forma como são identificados dentro desses espaços: de jovens passam a ser alunos/as e/ou estudantes, por exemplo (DAYRELL, 2007).

No contexto do Ensino Superior, os/as jovens são intitulados/as como universitários e universitárias e/ou discentes, passando a ter uma outra identidade, e nesse processo verificam-se algumas implicações, tais como o distanciamento de uma elaboração para a identidade juvenil marcada por uma condição também juvenil (DAYRELL, 2007).

O estudo de Nilma Limo Gomes e Cristina Teodoro, *Do poder disciplinar ao biopoder à necropolítica: a criança negra em busca de uma infância descolonizada*, publicado em maio de 2021, demonstra como as representações acerca das juventudes foram forjadas historicamente, principalmente quando observada a experiência das crianças negras.

Trata-se de uma revisão da literatura que recupera a construção histórica do termo “menor” atribuído às crianças pobres. É “[...] por meio das práticas discursivas jurídicas e médicas do final do século XIX, que o termo ganha solidez e se constitui em significados para os corpos das crianças pobres, associando as mesmas à criminalidade e como um perigo para sociedade da época”, identificam Gomes e Teodoro (2021, p. 13). Para as instituições e leis regulamentadoras, “[...] a criança pobre foi tida como menor, perigosa e de risco para a sociedade brasileira, sendo a sua clausura a única medida a ser tomada” (GOMES; TEODORO, 2021, p. 17).

Esse cenário foi alterado após disputas e embates, com a promulgação da Constituição de 1988. Assim, a Constituição Federal de 1988 se apresenta como um documento importante para a população negra, pois “[...] denominada como ‘constituição cidadã’ foi resultado de um

longo e complexo processo envolvendo diferentes atores sociais” (GOMES; TEODORO, 2021, p. 17-18). Os avanços para a superação dos estigmas acerca das crianças e adolescentes pobres são também identificados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, que apresenta a “doutrina da proteção integral”: [...] concepção da pessoa em peculiar processo de desenvolvimento [que] definiu como a família, a sociedade e o Estado devem assegurar os direitos da criança e do adolescente” (GOMES; TEODORO, 2021, p. 18).

Torna-se necessário reconhecer a importância do ECA, sem que para isto haja o distanciamento da história que o localiza também com um instrumento de disputas. Gomes e Teodoro (2021) sinalizam para a generalização da criança negra como “menor” que não se sustentava. “Ou seja, ela [a criança negra] faz parte de uma sociedade que se utiliza do racismo para reproduzir a raça, por meio da hierarquização e relação direta entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural” (GOMES; TEODORO, 2021, p. 22). Assim, “[...] é possível compreender que a sociedade brasileira se constituiu desde o princípio numa zona de exceção. A exceção nos marca e seus efeitos modelam as práticas discursivas reatualizando os traços de colonialidade”, afirmam Gomes e Teodoro (2021, p. 24).

As pesquisas sobre as juventudes no Brasil demonstram ainda muitos desafios. Os efeitos da colonialidade identificados por Gomes e Teodoro (2021) permanecem e podem ser verificados a partir do que revelam os dados quantitativos organizados pelas pesquisas. Em *A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos*, realizada em 2018, Marília Pontes Sposito, Raquel Souza e Fernanda Arantes e Silva apresentam como cenário de análise a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) em dois períodos, 2004 e 2014. Segundo as autoras, as pesquisas longitudinais possibilitam verificar dimensões singulares na experiência dos jovens.

A pesquisa apontava, já em 2018, a escola e mercado de trabalho como dimensões específicas nas trajetórias dos jovens (SPOSITO et al, 2018, p. 3). Nos períodos da pesquisa, 2004 e 2014, a escola ocupava a centralidade das ações entre os jovens de 15 e 17 anos naquele período (SPOSITO et al., 2018, p. 5-8). Entre os jovens de 18 a 24 anos, a pesquisa identificou heterogeneidade de experiências. De acordo com as pesquisadoras, isso se deve ao fato de que, nessa faixa de idade, os/as jovens vivenciam deslocamentos e processos de transição em suas vidas, como a mudança para a fase adulta (SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018, p. 9). Já entre os jovens com faixa etária de 25 a 29 anos há o trânsito para a vida adulta

marcada por muitos fatores, desde a busca por moradia, paternidade e maternidade e a posição dos jovens no interior das famílias (SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018, p. 15).

Dessa forma, as autoras sugerem que é preciso “[...] alargar o universo de preocupações de pesquisa de modo a recobrir as análises, tendo em conta o conjunto de dimensões que afetam os modos de vida dos jovens e que se entrecruzam nos desafios que são propostos a esses segmentos” (SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018, p. 20). Nota-se que pesquisas quantitativas orientam caminhos para a realização de pesquisas qualitativas, sendo possível romper com perspectivas fragmentadas e compartimentalizadas, uma vez que, ao alcançar o indivíduo na sua experiência histórica, as singularidades desses sujeitos passam a ser centrais em estudos sobre os jovens (SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018, p. 20).

Sendo assim, a institucionalização da organização do conhecimento a partir de uma perspectiva que privilegia a fragmentação e a especialização promove, como aponta Morin (2003), a “[...] hiperespecialização, ou seja, a especialização que se fecha em si mesma sem permitir sua integração em uma problemática global ou em uma concepção de conjunto do objeto do qual ela considera apenas um aspecto ou uma parte” (MORIN, 2003, p. 13).

No Brasil, um exemplo dos efeitos da superespecialização e da fragmentação do conhecimento podem ser verificados na última reforma do Ensino Médio, em 2017, marcada pelos itinerários formativos, segundo Silva et al (2023). Na seção seguinte, este artigo se propõe a debater como essas definições de conhecimento fragmentado e especializado são mobilizadas pela Sociologia.

3. Fragmentação e Especialização

A fragmentação do conhecimento foi observada por Russell Jacoby na obra *Os últimos intelectuais* (1990 [1987]). Provocado por Harold Stearns, cronista e escritor do livro *A América e o Intelectual Jovem* (1921), Jacoby tenta responder à seguinte questão: “Onde estão os intelectuais mais jovens?” (1990 [1987], p. 9).

Ao longo do prefácio, Jacoby aponta para “o empobrecimento da cultura pública” (JACOBY, [1987] 1990, p. 10). Para ele, esse empobrecimento alcança os intelectuais mais jovens, “[...] cujas vidas se desenvolveram quase que inteiramente nos campi, se dirigem aos colegas de profissão, mas são inacessíveis e desconhecidos para as outras pessoas”

(JACOBY, [1987] 1990, p. 10). O autor prepõe, então, uma avaliação da produção dos jovens intelectuais americanos e canadenses (JACOBY, [1987] 1990, p. 11). Com isso, observa a imprecisão do momento em que escreve, identificando contradições: “A vida intelectual resiste a delineamentos claros; a exigência de precisão quando a própria cultura é imprecisa condena uma pesquisa de trivialidades” (JACOBY, [1987] 1990, p. 12).

A ambiguidade presente na escrita do livro revela as contradições do tema abordado pelo autor: as especializações. Jacoby ([1987] 1990) adverte para o excesso de especializações no capítulo *A nova esquerda no campus II: a longa marcha através das instituições*, quando observa que os trabalhos da nova esquerda “[...] se parecem cada vez mais com os trabalhos que buscaram subverter” (JACOBY, [1987] 1990, p. 154).

Um pouco mais à frente, o autor apresenta o trabalho do historiador Herbert G. Gutman intitulado *A Escravidão e o Jogo dos Números* (1976). Gutman e outros dois intelectuais, Fogel e Engerman, como aponta Jacoby, são identificados por se ocuparem de contar e sistematizar os registros de açoites a escravos (JACOBY, ([1987] 1990, p. 176).

Pelas observações, Gutman, Fogel e Engerman chegaram à conclusão em seus estudos de que 160 chicotadas administradas por um fazendeiro conferiam uma média de 0,7 chicotadas por escravo ao ano. O argumento dos intelectuais, como aponta Jacoby ([1987] 1990), foi assumido como uma prova “[...] quase científica de que os escravos não eram levados a trabalhar pelas punições, pois as chicotadas não eram frequentes a ponto de serem eficientes” (JACOBY, ([1987] 1990, p. 176). Contudo Jacoby ([1987] 1990) realiza em seu trabalho uma intervenção acerca do que projetavam Fogel e Engerman, reafirmando que “[...] o significado da violência social não pode ser deduzida de médias”, (JACOBY, p. 176).

Em pesquisa recente, Tayná Silva Cuba (2021), em dissertação de mestrado *“A Pérola No Cativo”: Laços Familiares e Afetivos de Escravizados em São Luís (1871-1888)*, um estudo historiográfico sobre a escravidão, apresenta Gutman ao lado de Genovese, outro intelectual. Esses autores, conforme Cuba (2021), rejeitavam com ênfase a concepção de que os cativos teriam sido “despojados” de suas heranças culturais ou que se encontravam “culturalmente” sem raízes (CUBA, 2021, p. 29).

Na compreensão deles, “[...] essa cultura [dos cativos] era transmitida e adaptada entre as diferentes gerações e proporcionava aos escravizados recursos essenciais para o enfrentamento e subversão das duras condições do cativeiro” (CUBA, 2021, p. 29).

Assim, como apresenta Cuba (2021), a historiografia desses autores proporcionou “[...] uma transformação de paradigmas na história social norte-americana e europeia, na qual as pesquisas mais inovadoras tinham por principal característica um novo enfoque, cada vez mais frequente, em pessoas consideradas subalternas” (CUBA, 2021, p. 30).

As implicações entre os métodos quantitativos e qualitativos são históricas para a sociologia (CAMARGO; DANIEL, 2021). Na experiência brasileira, o sociólogo Florestan Fernandes produziu um amplo trabalho sobre a questão racial no Brasil. Para Otavio Ianni (1996), o autor foi responsável por significativas mudanças nos estudos sociológicos, pois os conceitos que explorou em sua obra “[...] apresentam-se como possibilidades de pesquisar e explicar a anatomia das relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica que articulam as desigualdades e os antagonismos sociais, econômicos, políticos e culturais (IANNI, 1996, p. 27-28).

A próxima seção se refere à metodologia utilizada para a elaboração deste artigo que apresenta o processo da coleta das teses Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), observando a presença ou não de novas abordagens para as concepções de fragmentação dos saberes, fragmentação do ensino e fragmentação do conhecimento são mobilizadas nas pesquisas realizadas em nível de doutoramento.

4. Metodologia

A metodologia adotada para este artigo dialoga com uma abordagem qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994) e está amparada em uma pesquisa bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2017). Nesse caso, é importante ressaltar que “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (MARCONI; LAKATOS, 2016, p. 166).

Desta forma, foi realizada uma consulta no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que facilita a consulta a um acervo de teses e dissertações produzidas por pesquisadores e pesquisadoras de diversos programas de pós-graduação do Brasil.

O repositório disponibiliza meios para a realização de busca simples, por meio de palavras-chave, e busca avançada, que orienta para a combinação de termos e outros campos, como período (ano da publicação), idioma, tipo de documento e bases de dados. Assim, optou-se pela delimitação com o uso de filtros, tais como: idioma, período e tipo. Com isso, estabeleceu-se o período (ano da publicação) entre os anos de 2017 e 2024, considerando a promulgação da Reforma do Ensino Médio.

O idioma português foi preservado com a finalidade de valorizar a língua portuguesa e para evitar a ocorrência de erros de tradução. No que se refere aos tipos de documento, teses e dissertações foram selecionadas, possibilitando ampliar a verificação do objeto de pesquisa no âmbito dos programas de pós-graduação nas modalidades mestrado e doutorado.

Uma primeira busca foi realizada na modalidade avançada com o uso dos seguintes termos: *fragmentação dos saberes*, *educação básica* e *ensino médio*. O resultado foi de 20 produções: 10 teses e 10 dissertações. Numa segunda busca, os descritores *fragmentação do ensino*, *educação básica* e *ensino médio* foram combinados e o resultado obtido apontou a produção de 36 documentos, sendo 16 teses e 20 dissertações. Quando o termo *fragmentação do conhecimento* é utilizado em substituição dos termos anteriores (*fragmentação dos saberes* e *fragmentação do ensino*), e os demais descritores *educação básica* e *ensino médio* mantidos, temos um cenário de 28 produções, sendo 12 teses e 16 dissertações.

Esse primeiro exame apresentou como resultado a produção de 84 documentos: 38 teses e 46 dissertações. No conjunto das teses, observou-se que as 10 com o descritor *fragmentação dos saberes* estavam presentes no resultado da busca com o descritor *fragmentação do ensino*, assim como os 12 documentos identificados na consulta realizada com *fragmentação do conhecimento*, totalizando 16 trabalhos do tipo tese. Por escolha metodológica, optou-se neste trabalho por apresentar a produção das teses, compreendendo o alcance das pesquisas em nível de doutoramento e a possibilidade de contribuições inéditas.

A seguir, as produções do tipo tese identificadas na pesquisa serão apresentadas, bem como uma breve análise de como foram constituídas. Com isso, este artigo pretende trazer ao debate as concepções de fragmentação do conhecimento, fragmentação do ensino e fragmentação dos saberes, sendo que para esse exercício de análise foram localizados 16 trabalhos na BDTD, organizadas pelo ano de publicação.

5. Resultados das Pesquisas e Análises

Como anunciado na seção anterior, os resultados da consulta realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTB) serão apresentados brevemente, de forma a contribuir para o debate acerca da fragmentação, que pode ser compreendida na sua relação com os conhecimentos, saberes e ensino. Desta forma, as análises que serão apresentadas apontam os limites, as contradições e as potencialidades acerca da problemática da fragmentação. Iniciaremos pela tese *Água: temática integradora dos conteúdos curriculares aos temas transversais a partir de metodologias investigativas*, defendida em 2018 pela pesquisadora Aline Carvalho de Freitas no Programa de Pós-graduação em Educação e Ciências: química da vida e saúde, do Instituto de Ciências Básicas da Saúde, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Freitas (2018) defende a água como um bem de uso comum que pode (re)construir o conhecimento por meio de intervenções voltadas para a aprendizagem. A pesquisadora (2018) realizou a pesquisa em uma escola pública do Ensino Médio do Estado do Amazonas.

Em *Professores iniciantes/ingressantes na educação infantil: significados e sentidos do trabalho docente*, tese de doutorado defendida por Rosiris Pereira Souza, em 2018, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília (UNB), a percepção das docentes que atuam na Educação Infantil foi verificada a partir das categorias “emancipação” e “alienação”. Nas suas considerações, Souza (2018) defende que a superação da fragmentação disciplinar na Educação Infantil ocorrerá somente e se a sociedade capitalista em que estamos for superada, de forma a constatar que parece utópico o alcance dessa superação. Assim, compreende que a sua pesquisa pode ser útil a projetos voltados para a formação na Educação Infantil por ter uma abordagem crítica e reflexiva a partir de dados coletados empiricamente.

Já na tese *Alfabetização ecológica, inteligência naturalista e dialogicidade/ conscientização freireana: interconexões com a formação continuada de professores em*

Educação Ambiental, de Christiane da Silva Cavalcante, defendida em 2018 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a formação continuada é a ação defendida para romper com a concepção fragmentada da Educação, principalmente quando se reflete acerca da Educação Ambiental. Assim, Cavalcante (2018) rompe com aquela concepção de uma inteligência que “[...] fragmenta o complexo do mundo em pedaços separados, [que] fraciona os problemas, unidimensionaliza o multidimensional” (MORIN, [1921] 2003, p. 14).

Gisele Francisca da Silva Carvalho, em sua tese *A configuração do trabalho docente em face às contrarreformas da educação: um estudo sobre os professores da rede estadual de Minas Gerais em São João Del-Rei*, defendida em 2018 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFFJ), investiga o período das contrarreformas educacionais dos anos 1990 e como a fragmentação está alinhada à heterogeneidade da categoria formada por docentes (CARVALHO, 2018).

A fragmentação deve ser compreendida enquanto um dado da realidade e não como uma teoria. Nesse sentido, as teses *A paisagem com remanescentes florestais na percepção de discentes de colégios estaduais de Irati – Paraná*, de Mariângela Ceschim Iurk (2018), da Universidade Federal do Paraná (UFP), e *Espaço metropolitano e justiça espacial: cartografia das diferenças espaciais em metrópoles nordestinas*, de Heibe Santana da Silva (2019), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), contribuem para o enfrentamento da fragmentação nos estudos sobre Educação Ambiental e sobre os processos de Urbanização que deflagram as desigualdades sociais.

Já na tese de doutorado *Base Nacional Comum Curricular: a política educacional para o Ensino Médio no Sistema Estadual de Ensino de Barueri*, de Rosângela da Silva Camargo Paglia, defendida em 2019 no departamento de Educação e Currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), observamos uma análise da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Sistema de Ensino de Barueri.

Paglia (2019) dialoga com Dermival Saviani (2017) buscando identificar momentos da História da Educação nos quais a fragmentação do conhecimento pode ser constatada. Assim, segundo Paglia (2019), em diálogo com Saviani (2017), o enfrentamento à fragmentação é verificado já no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932.

A tese *A Contribuição do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) na Reconfiguração da Gestão de Sistemas Públicos de Ensino no Brasil*, de Bruno de Oliveira Figueiredo, defendida em 2019 no Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), apresenta a “[...] fragmentação como forma de controle totalitário sobre o trabalho” (FIGUEIREDO, 2019, p. 26).

Essa definição é articulada pelo pesquisador para ilustrar o que ocorre na gestão dos sistemas públicos de ensino no Brasil, que, em geral, segundo o autor, é “[...] construída a partir da ineficiência e ausência de qualidade” (FIGUEIREDO, 2019, p. 26). Portanto, temos nessa tese um trabalho de pesquisa que se propõe a refletir acerca da fragmentação da existência humana e social do trabalho no contexto da gestão das escolas públicas brasileiras.

Na tese *Impactos da Reforma Gerencial do Estado na gestão das Políticas Públicas para a EJA no Brasil*, de Rodrigo Coutinho Andrade, submetida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) verifica-se uma análise das recentes mudanças nas políticas públicas para a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

As consequências da reforma do estado brasileiro iniciada no governo Fernando Collor de Mello e efetivada no Governo Fernando Henrique Cardoso foram observadas nas práticas pedagógicas e administrativas que abrangem a EJA (Andrade, 2019). Andrade (2019), em sua investigação, identifica os antecedentes da reforma gerencial do Estado Brasileiro, passando sobre o que define por “A nova face da revolução burguesa no Brasil” (ANDRADE, 2019, p. 224), e a reforma propriamente dita e os seus impactos na Educação.

Avançando na proposta deste artigo, o resultado das buscas na BDTD identificou a tese *Boniteza e formação: estéticas e imagens das juventudes normalistas na Baixada Fluminense*, de Marcélia Amorim Cardoso, defendida em 2019 no Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Cardoso (2019) aponta em sua pesquisa que o “Curso Normal ainda é uma opção de profissionalização das juventudes das classes populares” (2019, p. 9). A tese de Cardoso (2019) convoca reflexões acerca das diferenças entre o que foi fragmentado e aquilo que é singular, o que é próprio de um e de outro. A pesquisadora conclui sua pesquisa identificando na produção imagética um componente

significativo e complementar em processos de fabulações de si e do mundo em fluidas construções e reconstruções identitárias, estimulando a presentificação juvenil nos processos formativos e atuantes (2019, p. 211).

Fabiana Veloso de Melo Dametto em *O Processo de disciplinarização da escrita no Ensino Médio Brasileiro: implicações didático-pedagógicas e político-sociais*, tese defendida em 2020 no departamento de Letras da Universidade Federal de Santa Maria, retoma a pedagogia da fragmentação de Kleiman e Moraes (1999) para contextualizar como as aulas de redação estão à parte do ensino da escrita. Dametto (2020) reconhece o paradoxo presente na fragmentação do conhecimento, pois, para ela, “[...] a escrita como objeto de ensino sistematizado, nasce em um livro à parte (o Livro de Redação), com atividades desmembradas das aulas de língua portuguesa” (DAMETTO, 2020, p. 191).

Já a tese *Determinantes sócio-históricos das mudanças recentes na gestão da educação profissional tecnológica no Brasil*, de Célia Cristina Pereira da Silva Veiga, defendida em 2020 no Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), identifica a fragmentação do conhecimento na sua concepção utilitarista (VEIGA, 2020, p. 100).

Veiga (2020) localiza no pós-modernismo a fragmentação do conhecimento como compreendemos hoje. A autora avança para fragmentação dos currículos e aponta: “A possibilidade de desenvolvimento do conhecimento científico se torna exígua à medida que a finalidade do processo educativo não tem como elemento norteador a produção de conhecimento em nível superior, mas apenas sua reprodução” (VEIGA, 2020, p. 176).

Defendida em 2021, a tese *Inclusão na Educação Superior: Novas Tessituras para o Campo da Docência Universitária*, da pesquisadora Gracy Kelly Andrade Pignata Oliveira, analisa a docência na Educação Superior e a inclusão de estudantes com deficiência. Assim, Oliveira (2021) identificou que a experiência da Educação inclusiva possibilitou reconexões por meio do diálogo. Há no percurso da pesquisa um aprofundamento nos estudos sobre inclusão no Ensino Superior que é norteador por algumas questões, nas quais se observa uma preocupação com atualização das metodologias de ensino da graduação e da profissionalização do docente universitário (OLIVEIRA, 2021, p. 18).

Em *Demandas de saúde de mulheres lésbicas: construção de bases para o cuidado*, tese de Letícia da Silva Cabral defendida em 2021, o princípio de integralidade, presente na Constituição Federal de 1988, é mobilizado como ação na saúde e no cuidado de mulheres lésbicas. Assim, Cabral (2021) defende a tese de que a busca pela integralidade possibilita interferências no “[...] acesso e qualidade dos serviços, por meio de política de caráter transversal, que alcance mulheres lésbicas como pessoas vulneradas com interseccionalidade de opressões” (2021, p. 100).

O trabalho *Concepções Docentes sobre o Ensino Médio Integrado: sentidos contraditórios e fragmentação*, da pesquisadora Mayara Soares de Melo, doutora em Educação e Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Ciências da Universidade de Brasília (UNB), apresenta a seguinte tese: “a construção do Ensino Médio Integrado, enquanto travessia cujo horizonte é a educação politécnica, tem como entraves a existência de concepções reducionistas, e se reflete em planejamentos de ensino desarticulados” (MELO, 2023, p.19).

Com isso, Melo (2023) inicia em sua pesquisa reflexões acerca da formação de professores e professoras, que, segundo Moura (2008), deve conectar as áreas do conhecimento, de forma a promover debates críticos acerca da fragmentação e dualidade do EMI.

Em destaque, a tese *A materialização da interdisciplinaridade em pesquisas na Educação Matemática*, de Juliana Çar Stal, apresentada em 2024 no Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, se propõe a responder à seguinte pergunta disparadora: “como a interdisciplinaridade se materializa em pesquisas na Educação Matemática?” (ÇAR STAL, 2024, p. 11). A interdisciplinaridade emerge no trabalho de Çar Stal (2024) como possibilidade de superação da fragmentação do conhecimento em um contexto de sistema disciplinador, tendo como foco a Educação Matemática. Sua pesquisa foi organizada em grandes três eixos temáticos: formação docente, currículos, e contexto, modelagem Matemática e Etnomatemática. Nela, Çar Satl (2024) aponta que a “[...] interdisciplinaridade na formação docente por meio da proposição e estudo de cursos e disciplinas se mostrou como uma necessidade formativa” (ÇAR STAL, 2024, p.76). Já nos currículos, “[...] a interdisciplinaridade se materializou em um sistema disciplinar” (ÇAR STAL, 2024, P.82). E no eixo Contexto, Modelagem Matemática e Etnomatemática, “[...] a interdisciplinaridade se

mostrou como integração entre áreas e se materializou a partir de um tema, que foi a Modelagem” (ÇAR STAL, 2024, p. 88).

As estratégias metodológicas identificadas pelos/as autores/as das pesquisas analisadas neste artigo parte um movimento dialético (Marx, 2008) dos sujeitos/as envolvidos/as nos contextos das pesquisas que se encaminham para uma tomada de consciência, pois “[...] não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p. 47).

Portanto, o “[...] modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (MARX, 2008, P. 47). Assim, se a produção da vida material numa sociedade capitalista se condiciona pelas contradições, “[...] é preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção” (MARX, 2008, P.47).

Na próxima etapa deste artigo, vislumbra-se o diálogo com a teoria feminista negra com a assunção de metodologias e epistemologias, culminando a construção de ontologias feministas negras que para Canto (2010) propõe “uma construção biopolítica, que se impõe às investidas do biopoder que busca prendê-la em seu corpo (objeto) e mantê-la fora da ontologia e da legitimidade política” (p.76).

6. Dialogando com as Epistemologias Feministas Negras

Para analisar os resultados obtidos na coleta realizada nesta pesquisa, dialogaremos com a produção intelectual de mulheres negras. Para isso, retomaremos os estudos de bell hooks (1995), que compreende a vida intelectual como “[...] uma sensação de atuar sobre as coisas” (p. 466), portanto sobre a realidade.

Verificou-se nas teses apresentadas a relevância das pesquisas empíricas para compreensão da realidade, sendo possível notar como o trabalho intelectual está implicado na política do cotidiano, pois permite entender a “[...] realidade e o mundo em volta, encarar e compreender o concreto” (HOOKS, 1995, p. 466). O espaço público é um lugar ocupado pela intelectualidade negra, diferentemente do que se observa na análise realizada por Jacoby ([1987] 1990) ao identificar no isolamento dos jovens intelectuais americanos e canadenses um afastamento intencional do debate público.

Portanto, é por meio do debate público que o reconhecimento das contribuições dos diferentes povos para a produção científica ganha outros contornos, principalmente, quando reafirmados por políticas curriculares que, no Brasil, são identificadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana – DCNERER (BRASIL, 2004b) e nas Leis 10.639, de 2003 (BRASIL, 2003) e 11.645, de 2008 (BRASIL, 2008). Nesse sentido, como observamos a partir da análise das teses, políticas curriculares interdisciplinares, transdisciplinares e transversais coadunam com as premissas do Movimento Negro, que no campo educacional, como aponta Nilma Lino Gomes (2021) se constitui como:

[...] ator político que produz, constrói, sistematiza e articula saberes emancipatórios produzidos pelos negros e negras ao longo da sua trajetória na sociedade brasileira. Tais ações têm como foco a população negra, mas não se restringem a ela. Visam à construção da sociedade e da educação como espaços/tempos mais igualitários, democráticos e justos para todos (GOMES, 2021, p.38).

Para Nilma Lino Gomes (2021) o Movimento Negro “[...] assim como outros movimentos sociais, ao agir social e politicamente, reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social” (2021, p. 28). Com isso, ao serem “[...] reconhecidos/as como sujeitos/as de conhecimento” (GOMES, 2021, p.27), os sujeitos/as negros/as, a partir de suas territorialidades, são também reconhecidos/as em sua intelectualidade.

As abordagens articuladas pelas intelectuais negras Sueli Carneiro (2019; 2005) e Lélia Gonzalez (1984) se aproximam. As teóricas apresentam em seus estudos as imbricações dos marcadores sociais de raça, gênero e classe social, observando a experiência da mulher negra na educação, na saúde e na cultura da sociedade brasileira.

A obrigatoriedade da Lei 10.693, de 2003 (BRASIL, 2003) e das DCNERER (BRASIL, 2004), retomando Sueli Carneiro (2019), nos provoca sobre a possibilidade de inserção de “[...] novos conteúdos para a cena política” (2019, p. 164). Com isso, observa-se a importância de compreendermos o fazer ciência também enquanto um fazer político.

Nesse sentido, como uma abordagem teórico-metodológica, afasta o que Sueli Carneiro (2005) compreende por epistemicídio, ou seja, a destituição dos sujeitos/as dominados/as “[...] da razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado” (2005, p. 97).

Ademais, os estudos de Lélia Gonzalez (1984) revelam-nos que é pela fala pública, pela linguagem, que as mulheres negras questionam a continuidade histórica dos processos de escravização e o racismo (GONZALEZ, 1984). A produção de conhecimento alcança o espaço público quando reconhece outros modos de fazer pesquisa.

Contudo, foi possível notar com os estudos realizados para este artigo que as produções científicas acerca da temática sobre a fragmentação do conhecimento são ainda incipientes, pois apresentam análises limitadas sobre a imbricação dos marcadores sociais de raça, gênero e classe social.

Um caminho que vem sendo percorrido pela intelectualidade negra feminista tem como proposta a interdisciplinaridade, que visa romper com a realidade em compartimentos, e a prática da interseccionalidade (COLLINS; BILGE, 2021; AKOTIRENE, 2018; CRENSHAW, 2002) enquanto uma abordagem teórico-metodológica, que, ao identificar as opressões por suas imbricações, traz à tona como os marcadores sociais de raça, gênero e classe social operam, ou seja, não são mobilizados separadamente ou por uma condição cumulativa, ao contrário, se entrecruzam, possibilitando compreensões não apenas para as opressões, mas também do que se pode fazer em potência quando assumida pedagogicamente, alterando sobretudo a noção de intelectualidade.

7. Considerações finais

No que se refere à fragmentação, observou-se que, enquanto um dado da realidade, a sua superação será possível na medida em que os indivíduos que fazem parte da sociedade capitalista alcancem consciência (MARX, 2008). Assim, torna-se necessário trazer à tona as contradições implicadas nos processos de fragmentação da realidade, portanto dos saberes, dos conhecimentos e do ensino (MOTA et al, 2008).

A metodologia utilizada neste artigo possibilitou observar que as teses analisadas, em sua maioria, estão localizadas nos programas de pós-graduação em educação e a produção das mulheres apresenta um volume significativo, assim como estão localizadas territorialmente na região sudeste, o que revelam contradições e limites. Verificou-se, também, limitações quanto à abordagem dos marcadores sociais de raça, gênero e classe social. As relações raciais são subsumidas nas abordagens.

Tentando responder à provocação de Jacoby ([1987] 1990) ao trazer a seguinte questão: “Onde estão os intelectuais mais jovens?” ([1987] 1990, p. 9). Naquele contexto, os jovens canadenses e americanos (termo utilizado pelo autor) estavam preocupados muito mais com a vida acadêmica, mais precisamente em manter um certo status de superioridade, fixando suas ações longe do político e do debate público.

Se na experiência das sociedades do norte global, as juventudes podem decidir seus percursos acadêmicos, no sul global, em específico a sociedade brasileira, observamos as consequências do colonialismo e da colonialidade atualizadas pelo modo de reprodução capitalista e imperialista, identificadas na experiência de negros e negras e indígenas.

No contexto atual brasileiro, a questão poderia ser formulada da seguinte maneira: Onde estão os intelectuais negros/as e indígenas na pós-graduação brasileira? Como exemplo, pesquisas têm indicado que a presença negra nos programas de pós-graduação ainda está muito aquém do que deveria ser.

De acordo com o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a presença dos cientistas brancos discentes dos programas de pós-graduação nas áreas de Ciências Exatas, da Terra ou Biológicas no Brasil alcança uma proporção 12 vezes mais que pretos, pardos e indígenas (GEMAA, 2023).

Desta forma, cabe indagar-nos e indignar-nos sobre o trabalho que ainda precisa ser realizado em todas as etapas da educação para a efetivação da equidade de acesso, permanência e qualidade na educação brasileira.

Referências

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. G.; WAISELFISZ, J. J. *Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?* Brasília-DF: Flacso-Brasil, OEI, MEC, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.flacso.org.br/?publication=juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas-por-que-frequentam>. Acesso em 25 set. 2024.

AKOTIRENE, C. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANDRADE, R. C. *Impactos da Reforma Gerencial do Estado na Gestão das Políticas Públicas para a EJA no Brasil*. 2019. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei 12.711 de 29 agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. Lei nº 11.645 de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Indígena", e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas. Brasília, DF, 2024a.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 2004b.

CABRAL, L. da S. *Demandas de saúde de mulheres lésbicas: construção de bases para o cuidado*. 2021. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2021.

CAMARGO, A. de P. R.; DANIEL, C. Os estudos sociais da quantificação e suas implicações na sociologia. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 23, n. 56, p. 42-81, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-109768>. Acesso em: 25 set. 2024.

CANTO, Vanessa. Santos. O devir mulher negra: uma proposta ontológica e epistemológica. *Lugar Comum* (UFRJ), v. 29, p. 59-79, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/54307>. Acesso em 08 jan. 2025.

ÇAR STAL, J. *A materialização da interdisciplinaridade em pesquisas na Educação Matemática*. 2024. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo. 2024.

CARDOSO, M. A. *Boniteza e formação: estéticas e imagens das juventudes normalistas na Baixada Fluminense*. 2019. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2019.

CARNEIRO, S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, S. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CARVALHO, G. F. da S. *A configuração do trabalho docente em face às contrarreformas da educação: um estudo sobre os professores da rede estadual de Minas Gerais em São João Del-Rei*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

CAVALCANTE, C. da S. *Alfabetização ecológica, inteligência naturalista e dialogicidade/ conscientização freireana: interconexões com a formação continuada de professores em Educação Ambiental*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, vol. 10, n. 01, pp. 171-188, 2002.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

DAMETTO, F. V. de M. *O Processo de disciplinarização da escrita no Ensino Médio Brasileiro: implicações didático-pedagógicas e político-sociais*. 2020. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2020.

DAYRELL, J. A Escola “faz” as Juventudes? reflexões em torno da Socialização Juvenil. *Educ. Soc.*, Campinas/São Paulo, vol. 28, n. 100, p. 1105-28, out. 2007.

DERMEVAL, S. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro. *Psicologia Escolar E Educacional*, [S.l.], v. 21, n. 3, p. 653-662, set/dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-353920170213000>. Acesso em 25 set. 2024.

FIGUEIREDO, B. de O. *A Contribuição do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) na Reconfiguração da Gestão de Sistemas Públicos de Ensino no Brasil*. 2019. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREITAS, A. de C. *Água: temática integradora dos conteúdos curriculares aos temas transversais a partir de metodologias investigativas*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2018.

GOMES, N. L. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

GOMES, N. L.; TEODORO, C. Do poder disciplinar ao biopoder à necropolítica: a criança negra em busca de uma infância descolonizada. *Childhood & Philosophy*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 01-31, mai. 2021.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Ciências Sociais Hoje, *Revista da Anpocs*, São Paulo, n. 02, p. 223-244, 1984.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, B. Intelectuais Negras. *Revista Estudos Feministas/Dossiê Mulheres Negras*, Rio de Janeiro; Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

IURK, M. C. *A paisagem com remanescentes florestais na percepção de discentes de colégios estaduais de Irati – Paraná*. 2018. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal, Setor de Ciências Agrárias) – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2018.

JACOBY, R. A nova esquerda no campus II: a longa marcha através das instituições. In: JACOBY, R. (Org.). *Os últimos intelectuais*. São Paulo: Trajetória/EDUSP, 1990, p. 9-14, p. 153-202.

JUPIASSU, H. O espírito interdisciplinar. *Cadernos EBAPE.BR*, [S.l.], v. IV, n. 3, p. 1-9, out. 2006. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/7401>. Acesso em 25 set. 2024.

KLEIMAN, A.B.; MORAES, S.E. *Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola*. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

KUENZER, A. Z. Competência como práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores. *Boletim Técnico Do Senac*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p.81-93, set/dez, 2004. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/501>. Acesso em 25 set. 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2017.

MARX, Karl. Prefácio. In: MARX, Karl (Org.). *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELO, M. S. de. *Concepções Docentes sobre o Ensino Médio Integrado: sentidos contraditórios e fragmentação*. 2023. Tese (Doutorado em Educação e Ciências) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1921/2003.

MOTA, E. A. D.; PRADO, G. do V. T.; PINA, T. A. Buscando possíveis sentidos de saber e conhecimento na docência. *Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 30, p.109-134, janeiro/junho, 2008.

MOURA, Dante Henrique. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica*, Natal, v. 1, n. 1, p. 23–38, 2008. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.15628/rbept.2008.2863>

OLIVEIRA, G. K. A. P. *Inclusão na Educação Superior: Novas Tessituras para o Campo da Docência Universitária*. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2021.

PAGLIA, R. da S. C. *Base Nacional Comum Curricular: a política educacional para o Ensino Médio no Sistema Estadual de Ensino de Barueri*. 2019. Tese (Doutorado em Educação: currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

Portal do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA). Disponível em: <https://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/desigualdades-raciais-na-ciencia-brasileira/>. Acesso em 25 set. 2024.

SILVA CUBA, T. *A pérola no cativeiro: laços familiares e afetivos de escravizados em São Luís 1871-1888*. 2021. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Maranhão, 2021.

SILVA, H. S. da. *Espaço metropolitano e justiça espacial: cartografia das diferenças espaciais em metrópoles nordestinas*. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, 2019.

SILVA, M. R. da; KRAWCZYK, N. R.; CALÇADA, G. E. C. Juventudes, novo ensino médio e itinerários formativos: o que propõem os currículos das redes estaduais. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 49, n. contínuo, p.1-18, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/issue/view/12785>. Acesso em 25 set. 2024.

SOUZA, R. P. *Professores iniciantes/ingressantes na educação infantil: significados e sentidos do trabalho docente*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, 2018.

SPOSITO, M. P., SOUZA, R., & Silva, F. A. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. *Educação E Pesquisa*, [S.l.], v. 44, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634201712170308>. Acesso em: 25 set. 2024.

VEIGA. C. C. P. da. *Determinantes sócio-históricos das mudanças recentes na gestão da educação profissional tecnológica no Brasil*. 2020. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Fragmentation and secondary education: developments and confrontations

Abstract

The fragmentation of knowledge (Morin, 2017; Jacoby, 1990 [1987]) has defined educational processes, especially from the 19th century on (Couto, 2011), which reaffirms uncertainties for those undergoing schooling. With the reform of secondary education that instituted training itineraries in 2017, the fragmentation of knowledge has provoked issues. The observed gap resides with the scarcity of interdisciplinary or transdisciplinary research. Therefore, this article aims to investigate actions dealing with the totality of knowledge. A bibliographic study was carried out in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) to map research papers on the fragmentation of knowledge in secondary education. This study aims to contribute to updating concepts, methods, and strategies, in addition to reducing and/or problematizing the causes and consequences of knowledge fragmentation.

Keywords: Fragmentation; Knowledge; High School.

Fragmentación y enseñanza secundaria: evolución y retos

Resumen

La fragmentación del conocimiento (Morin, 2017; Jacoby, 1990 [1987]) ha definido los procesos educativos, especialmente desde el siglo XIX (Couto, 2011), reafirmando incertidumbres para los sujetos en proceso de escolarización. Desde 2017, con la reforma de la enseñanza media que instituyó itinerarios formativos, la fragmentación del conocimiento ha disparado interrogantes. El vacío observado para esta investigación radica en la escasez de trabajos que aborden el tema de manera interdisciplinaria o transdisciplinaria. Por lo tanto, este artículo pretende investigar acciones que aborden la totalidad del conocimiento. Para ello, se realizó un relevamiento bibliográfico en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD) para mapear las tesis sobre la fragmentación del conocimiento en la enseñanza media. Se espera que este estudio contribuya a la actualización de conceptos, métodos y estrategias destinadas a reducir y/o problematizar las causas y consecuencias de la fragmentación del conocimiento.

Palabras-clave: Fragmentación; Conocimientos; Enseñanza Secundaria.

Fragmentation et lycée: évolutions et affrontements

Résumé

La fragmentation des connaissances (Morin, 2017; Jacoby, 1990 [1987]) a défini les processus d'éducation surtout à partir du XIXe siècle (Couto, 2011), réaffirmant les incertitudes pour les sujets en formation scolaire. Depuis 2017, avec la réforme du Lycée qui a instauré des parcours de formation, la fragmentation des savoirs a suscité des interrogations. L'écart observé pour cette recherche est la rareté des études qui abordent le thème de manière interdisciplinaire ou transdisciplinaire. Par conséquent, cet article vise à étudier les actions qui traitent de la totalité des connaissances. En ce sens, une enquête bibliographique a été réalisée dans la Bibliothèque numérique brésilienne des thèses et mémoires (BDTD) pour cartographier les thèses sur la fragmentation des connaissances au lycée. Avec cette étude, il est prévu de contribuer à la mise à jour des concepts, des méthodes et des stratégies qui visent à réduire et/ou à problématiser les causes et les conséquences de la fragmentation des connaissances.

Mots-clés: Fragmentation; Connaissance; Collège.